



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Prof. Paulo Jorge Sarkis

Reitor

Prof. Clóvis Silva Lima

Vice-Reitor

Prof. Baltazar Schirmer

Pró-Reitor de Graduação

Adm. Alberi Vargas

Pró-Reitor de Administração

Prof. João Luiz de Oliveira Roth

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Prof. Ailo Valmir Saccol

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Roberto da Luz Júnior

Pró-Reitor de Planejamento

Prof. Carlos Leite Maciel

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Adm. José Horlando Rocha Martins

Pró-Reitor de Recursos Humanos

Prof. Isaias Salim Farret

Chefe de Gabinete

O Projeto Político-Pedagógico da Universidade Federal de Santa Maria foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, em reunião realizada em 12.12.2000.

Processo N. 23081.014136/2000-58

Parecer N. 029 de Dezembro de 2000 – CEPE

Parecer N. 082 de Dezembro de 2000 - CLN

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de definir princípios para orientação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Santa Maria, a instituição elaborou, neste ano de 2000, um Projeto Político-Pedagógico. A concepção do documento ocorreu de modo a permitir contemplar, de modo mais amplo possível, os interesses prioritários de todos os segmentos da Universidade, bem como suas expectativas de diálogo produtivo e renovador com a sociedade.

Para articular a comunidade universitária, foi estudado e desenvolvido um texto base na Pró-Reitoria de Graduação. A partir de maio, foi incentivada a discussão ampla, através do envio de um documento de referência a todas as unidades e de sua disponibilização na home page da UFSM. Foi motivada a discussão por parte de alunos, funcionários e professores, bem como buscou-se a contribuição da comunidade.

Entre maio e novembro deste ano, foram recebidas manifestações, sugestões e críticas. Após uma sistematização, foi feito um novo estudo do material por membros de diversas unidades da instituição, procurando o atendimento de prioridades coletivas. O empenho em contemplar, na medida mais ampla possível, todos os envolvidos em suas ações, tem como resultado o presente documento. O processo representou, em termos históricos, para a instituição, além de um trabalho de articulação de segmentos e discussão ampla, uma auto-avaliação fundamental. As perspectivas traçadas foram definidas em razão do debate sobre problemas vividos no passado e no presente, e da necessidade de encaminhamentos práticos e racionais de flexibilização de procedimentos e adequação de posturas acadêmicas às expectativas da própria comunidade.

A Universidade está consciente de que seu papel não é apenas receber demandas da sociedade, nem apenas dialogar com ela. Seu papel é propriamente constitutivo e estruturador. Ao produzir, discutir e difundir conhecimento, ela contribui para transformações sociais. Suas orientações institucionais estão associadas às suas expectativas de participação consciente na mudança social.

Confiamos que a sociedade seja cada vez mais capaz de integrar forças dedicadas ao benefício coletivo, afirmando a importância da ética e da capacidade de reflexão sobre problemas sociais. Reforçamos assim através deste documento a compreensão da Universidade como instituição capaz de cumprir responsabilidades e fomentar transformações.

Desejamos contribuir para a sustentação de prioridades e o enfrentamento de desafios, com senso de empreendimento e determinação em pensar constantemente sobre nossas próprias ações, avaliando resultados e perspectivas.

Paulo Jorge Sarkis,
Reitor.

INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico da Universidade Federal de Santa Maria está dividido em quatro unidades.

A primeira parte do documento, "PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS", consiste em uma exposição geral que pretende, sinteticamente, indicar desafios colocados para a instituição no que se refere às suas relações com o contexto em que se situa, formular princípios que regem as diretrizes conceituais de reflexão sobre educação superior no presente documento, discutir elementos referentes à política administrativa da Universidade, e apontar caminhos para consolidar uma concepção de ensino superior humanizado, pautada na ética e na interação com a sociedade.

A segunda parte do documento, "ESTRATÉGIAS REFERENTES ÀS CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA DE PROPOSTAS", é composta de quatro segmentos, em que são apresentadas estratégias que permitem colocar em prática orientações fundamentadas conceitualmente na parte anterior. As ações indicadas são de responsabilidade de diversas unidades administrativas da instituição, e estão voltadas para o atendimento de prioridades na qualificação dos alunos e o aprofundamento das relações entre a vida universitária e as demandas sociais. Os segmentos se referem a: projetos político-pedagógicos de cursos, currículos e avaliação institucional; incentivo à pesquisa e à extensão; condições para a formação continuada; universidade, sociedade e humanização.

A sua terceira parte, "PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE CURSO", está dividida em três unidades. "Princípios Orientadores" consiste em uma relação de cinco princípios gerais, referentes à concepção filosófica e pedagógica que deve presidir a elaboração de currículos de cursos. Sob forma esquemática, são sintetizados elementos orientadores da política curricular, em consonância com a fundamentação teórica exposta na unidade anterior. "Pontos a Trabalhar" estabelece oito tópicos de referência para reflexão, fundamentais para a definição de concepções filosóficas, políticas e administrativas de cursos. A relação propõe, em coerência com as unidades anteriores, uma pauta de trabalho, com o fim de que cada curso, ao formular e defender um projeto político-pedagógico, racionalize suas perspectivas de trabalho, incluindo aspectos fundamentais para sua sustentação e avaliação. "Estrutura" apresenta, em uma série de itens, uma forma de índice, correspondente à organização formal que os elementos referentes ao Curso devem receber no Projeto Político-Pedagógico de Curso.

Ao elaborar seu Projeto específico, o Curso deve considerar os "Princípios Orientadores", tendo em vista as especificidades de sua área; reunir, articular e interpretar dados indicados em "Pontos a Trabalhar", de modo a obter clareza na formulação de seus problemas e suas intenções. A reflexão prévia, orientada por essas duas unidades, deve resultar na formulação dos elementos indicados na "Estrutura". A existência de um Projeto Político-Pedagógico de Curso é importante para estabelecer referências de compreensão do presente, e de expectativas futuras. Nesse sentido, é importante que, ao realizar atividades de avaliação institucional de seu funcionamento, o Curso leve em conta os tópicos indicados em "Princípios Orientadores", tenha condições de discutir publicamente os aspectos enumerados em "Pontos a Trabalhar", e consiga assim reconhecer na construção de seu Projeto Político-Pedagógico a expressão de sua identidade e de suas prioridades.

Como quarta parte, acrescentamos a Resolução que dispõe sobre este Projeto Político-Pedagógico Institucional, propondo diretrizes, regulamentações e encaminhamentos para as perspectivas de ação na Universidade, tendo em conta as suas condições de trabalho e seus horizontes de transformação. A Resolução contempla demandas prioritárias, integra temas fundamentais em um conjunto de orientações articuladas, e incentiva a interação entre os diversos segmentos da instituição. Entre a Resolução e as três partes anteriores existe uma continuidade, no sentido de que as reflexões, os encaminhamentos e as regulamentações são expressões de uma linha de trabalho voltada para a sustentação ética e racional das decisões administrativas.

O Projeto Político-Pedagógico da UFSM consiste em uma formulação institucional, contemplando interesses referentes ao conjunto da comunidade acadêmica. Cada curso, especificamente, deve valorizar os princípios de trabalho construídos em sua experiência, avaliar as possibilidades de superação de

fronteiras, implementar ações de qualificação de seus cursos, e ter presentes as demandas prioritárias da sociedade.

Para cumprir esses objetivos, cabe estabelecer seu próprio projeto político-pedagógico, centrar esforços na consolidação de uma grade curricular consistente, desenvolver estratégias práticas de qualificação dos alunos, e manter um programa de avaliação institucional sistemático. A primeira unidade deve servir como referencial conceitual relativo a esses objetivos. As unidades "Estratégias referentes às condições de implementação prática de propostas" e "Projeto político-pedagógico de curso" devem servir como orientações práticas de trabalho. A Resolução sistematiza e regulamenta os elementos apresentados.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO:

A possibilidade de consolidar as atividades da Universidade Federal de Santa Maria, no que se refere à função social de seu desempenho em ensino, pesquisa e extensão, depende, cada vez mais, de uma definição clara de seu papel como instituição pública. Em um contexto em permanente transformação, o processo de modernização do país, com o avanço da qualificação em tecnologia, tem convivido face a face com o aumento da complexidade das relações sociais. Desigualdade e tensões têm caracterizado a sociedade brasileira, exigindo das instituições públicas o comprometimento com o bem coletivo. As enormes proporções da pobreza tornam necessários projetos coletivos dotados de sustentação ética e racional. As incertezas que surgem, quando são avaliadas estratégias para a superação da desumanidade historicamente estabelecida, são resultantes da percepção da complexidade dos problemas vividos no contexto com o qual a Universidade interage. Essas incertezas merecem tanto mais atenção quanto mais tomamos consciência das responsabilidades diretas e indiretas associadas às tomadas de posições diante dos problemas com que nos defrontamos.

As concepções de conhecimento que podem permitir à Universidade cumprir sua função social, necessariamente, devem levar em conta a intenção de propor visões da realidade que não sejam unívocas ou unilaterais. A possibilidade de convivência de posições diferentes, perspectivas variadas, é fundamental para a formação de conhecimento, com ponderação e rigor. O questionamento que surge com a comparação entre diferentes posições é fecundo para a renovação de idéias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a diferentes procedimentos de reflexão.

Um conhecimento com pretensão de verdade absoluta deve resultar em distorção. Se compreendermos a realidade como caracterizada pela constante transformação, devemos encontrar métodos adequados para a produção de conhecimento, que levem em conta essa caracterização. A imposição de verdades absolutas remove da produção de conhecimento seu caráter histórico e dinâmico, impondo sobre a realidade modelos que autoritariamente se sobrepõem aos movimentos de mudança. O conhecimento não tem seu valor condicionado à idéia de que ele possa ser encarado como verdade irrefutável, como dogma. Seu valor depende de sua capacidade de dar conta da realidade, em sua constante transformação. Para isso, deve o próprio conhecimento ser transformado, superando limitações e interiorizando novas exigências apresentadas pelo processo de mudanças da realidade.

É preciso enfatizar que, ao entendermos a realidade como processo em constante mudança, não restringimos a realidade ao domínio específico do mercado. Se é verdade que, em larga medida, o mercado de trabalho depende do fluxo de egressos do ensino superior, disso não resulta, no entanto, que a Universidade seja apenas uma prestadora de serviços para a cobertura de vagas.

O Projeto Político-Pedagógico da Universidade, consciente das transformações da realidade, propõe um encaminhamento para suas orientações acadêmicas, de modo a, na medida do possível, realizar intervenções no processo histórico. Essas intervenções devem acontecer de maneira que a realidade conduza suas mudanças no sentido de um aumento das condições de atendimento das demandas coletivas, e de uma diminuição da desigualdade social. Caso não contribua para esse sentido dos acontecimentos, considerando a responsabilidade que lhe cabe, a Universidade estaria se omitindo, ou contribuindo para o incremento de problemas. Por defender a sustentação de suas ações em valores éticos, a Universidade quer, contra a omissão e contra o aumento dos problemas, firmar sua posição como responsável por benefícios à comunidade, como é esperado de uma instituição pública e gratuita capaz de interagir com o contexto que a mantém.

Se estivesse apenas cobrindo vagas do mercado de trabalho, a Universidade estaria contribuindo para conservar o estado dos problemas sociais, pois as demandas do mercado, em larga medida, expressam contradições e conflitos do sistema econômico e político. Cumprir necessidades imediatas de viabilização das relações econômicas é menos do que deve ocupar a instituição pública e gratuita. Ela deve interferir no cerne das contradições e dos conflitos que reconhece à sua volta, realizando ações que beneficiem a sociedade com que interage.

Para isso, é fundamental que a Universidade estabeleça expectativas, quanto ao perfil dos egressos de seus cursos. Um aluno que entra na Universidade Federal de Santa Maria deve, ao final de sua trajetória, ser um cidadão capaz de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais. A formação acadêmica deve não apenas dar condições para que exerça uma profissão, tendo um desempenho satisfatório, mas ir além disso. A formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação, deve dar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente, e atuar junto à sociedade, que através dos recursos da Universidade investiu em sua formação. Deve dar a ele também a clareza de que, sendo formado em uma instituição pública, desta recebe a qualificação necessária para, através de suas idéias e seu trabalho, beneficiar a sociedade. Ganhar um diploma não é, no caso, apenas uma forma de defender os próprios interesses, mas antes de tudo uma forma de contribuir para resolver problemas que dizem respeito a outras pessoas. Sem que se possa definir sua função social, o conhecimento adquirido se constitui apenas como exercício de individualismo. Em tempos de exigência de responsabilidade, em escala histórica sem precedentes no país, o individualismo se converte em vaidade e, no extremo, em frieza violenta e anti-social, que contraria os interesses de uma instituição pública e gratuita dedicada à educação.

Nessa perspectiva, além de preparar para uma atuação profissional, ou uma qualificação técnica, um curso acadêmico deve preparar para o enfrentamento das dificuldades colocadas pela experiência da vida em sociedade. Cada aluno deve ser encarado pela instituição como um sujeito capaz de participação atuante no âmbito coletivo, de entendimento do contexto em que vive, e de avaliação ética dos problemas colocados pela realidade. A formação universitária, se deixa de lado o componente propriamente humanístico do processo de formação, reduz os estudantes a figuras anônimas e indiferentes. Cabe levar em conta o que o aluno da Universidade vai fazer com o conhecimento obtido, como vai refletir a respeito dos problemas que o cercam, como vai avaliar as repercussões diretas e indiretas do emprego de seu conhecimento no contexto social. Conceber a competência intelectual em termos de qualificação puramente técnica, sem levar em conta esses elementos, é contribuir para a conservação de estruturas sociais injustas, fundamentadas em heranças autoritárias.

Considerando o documento Responder às exigências do mundo do trabalho¹, preparado por Ulrich Teichler para os Anais da Conferência Mundial sobre Ensino Superior de 1998, como tendência geral, as universidades devem ter em vista, em suas propostas de formação, privilegiar "aptidões sociais e a dimensão da personalidade", trabalhando competências gerais que permitam aos estudantes a atualização contínua, e não apenas a aquisição imediata de informações que, com o tempo, tornam-se obsoletas. As orientações dadas à formação acadêmica devem necessariamente levar em conta esses elementos. Sem isso, teríamos em nossos egressos problemas importantes. Eles seriam, basicamente, reprodutores de idéias que conheceram em sua formação.

Incapazes de atualização, repetiriam sempre as mesmas idéias, inábeis para adaptar o que sabem a exigências novas resultantes de transformações da realidade. Teríamos egressos que, sem compreender com a devida medida a importância de interagir com o contexto à sua volta, restringiriam seu interesse ao âmbito da satisfação individual. Teríamos ainda, provavelmente, uma tendência geral à consagração pelos alunos das informações obtidas como verdades absolutas, sem a consideração da necessidade de pesquisa, de reflexão constante, de revisão de perspectivas e de valores. As chances de intervenção na realidade com o emprego do conhecimento acadêmico, nessas condições, seriam diluídas, diante da complexidade das transformações históricas.

A fim de dar condições para a implementação de práticas acadêmicas que contribuam para o benefício social, é necessário que a Universidade se organize internamente, em coerência com seus objetivos e em favor de sua interação com o contexto. Para isso, deve desenvolver um respeito a princípios de trabalho capazes de sustentar essa coerência e qualificar essa interação.

¹ TEICHLER, Ulrich. Responder às exigências do mundo do trabalho. Tendências da educação superior para o século XXI. Anais da Conferência Mundial sobre Ensino Superior. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

Administrativamente, é preciso evitar que a burocracia universitária constitua um fim em si mesmo, pois a razão de ser da legislação universitária e do sistema de funcionamento das diversas unidades institucionais é, antes de mais nada, a possibilidade de dar condições para um trabalho produtivo. O aperfeiçoamento do sistema rumo à melhoria dessas condições é um aspecto importante da dinâmica operacional da administração, em que as normativas devem cumprir rigorosamente funções claras e compatíveis com os objetivos da instituição.

A consagrada articulação entre ensino, pesquisa e extensão é básica para a sustentação da Universidade. A qualidade do ensino depende da competência em pesquisa. As atividades de extensão se articulam com as experiências de pesquisa e ensino. Em diversos casos, a participação de alunos em atividades de extensão pode constituir em situação essencial de formação. A participação discente nos projetos e atividades de pesquisa e extensão proporcionam formação integral ao estudante. Importa ressaltar nessa articulação seu caráter dinâmico. Propostas de ensino, projetos de pesquisa e experiências de extensão passam por transformações com o passar do tempo. As transformações ocorridas em uma esfera repercutem nas outras. O caráter dinâmico da articulação permite que a qualificação em uma esfera possa representar superação de dificuldades nas demais.

Para a qualificação dos egressos, em qualquer área de conhecimento, é necessário adotar duas tendências comentadas por Teichler, no documento mencionado. A primeira é a aprendizagem interdisciplinar. Para compreender fenômenos e solucionar problemas, muito freqüentemente é necessário um trabalho de colaboração intelectual entre diferentes disciplinas, constituindo transversalidade. A segunda é o desenvolvimento de formação continuada. Os programas de formação devem reconhecer suas limitações temporais, preparar para experiências de integração social, e dar condições para atualização constante. A valorização do egresso é importante para avaliar a consistência das ações da instituição.

Elementos como eficiência administrativa, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, valorização da interdisciplinaridade e da formação continuada, são fundamentais para a condução racional da vida acadêmica humanizada. No entanto, a possibilidade de o sistema se sustentar, realizando adaptações internas sempre que necessário, só será efetivamente viabilizada, se a instituição dispuser de uma sistemática de avaliação interna qualificada. A avaliação institucional estabelece, quando rigorosa, confiável e objetivamente discutida, o horizonte de superação de limitações como dado interno ao sistema administrativo.

Em termos práticos, a implementação de uma condução da vida acadêmica caracterizada como ética e racional depende da participação de todos os segmentos da comunidade universitária. A interiorização de uma perspectiva renovada no cotidiano das atividades acadêmicas será permitida pela elaboração, no âmbito de cada curso da Universidade, de um Projeto Político-Pedagógico específico.

A possibilidade de cada curso da UFSM ter clareza quanto a suas prioridades, e estabelecer com coerência suas estratégias de trabalho, depende de seu modo de formular e encaminhar seus próprios interesses. Através da redação de um Projeto Político-Pedagógico, cada curso apresentará publicamente os seus princípios norteadores, contribuindo para que suas atividades sejam organizadas dentro de orientações coerentes e fundamentadas.

A grade curricular de um curso é parte integrante de um Projeto Político-Pedagógico. Sua construção deve ser compreendida não como enumeração de disciplinas, mas como estabelecimento de um campo de questionamento de temas relevantes, propício ao amadurecimento intelectual e motivador para a prática profissional. Sua sustentação depende não apenas de fidelidade à legislação em vigor, mas também de um plano de desenvolvimento de habilidades intelectuais e práticas, esperadas no perfil do egresso. A racionalização da grade curricular, no interior do Projeto Político-Pedagógico de Curso, deverá levar em conta os modos como as disciplinas se relacionam entre si, e o papel dessas relações para chegar ao perfil de egresso. Poderão ser utilizados recursos como a atribuição de carga horária a atividades de iniciativa dos alunos, ou elaboradas pelos respectivos colegiados, a serem contabilizadas na parte flexível dos currículos, e a elaboração de projetos de ensino, destinados à articulação entre diferentes disciplinas, de acordo com as normas institucionais vigentes.

As conexões entre ensino, extensão e pesquisa, capazes de tornar o processo de formação mais produtivo, devem ocorrer por iniciativa tanto de professores como de alunos. No processo de formação, alunos e professores são ambos responsáveis pelos resultados. Ambos devem estar atentos à realidade externa, sendo hábeis para observar as demandas por ela colocadas. Cada vez mais, problemas sociais, econômicos e culturais que repercutem na prática do cotidiano devem ser considerados na vivência acadêmica diária e nas relações estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem.

Em todas as áreas do conhecimento, e em todos os níveis de formação, a Universidade entende ser imprescindível a presença, na formação do aluno, de estudos de Ética. Sem essa presença, aspectos como a consciência da função social do saber produzido na Universidade Pública e Gratuita, e a relação entre necessidades individuais e problemas de caráter coletivo, se arriscariam a ficar à margem do processo. Cada curso deve não apenas prever a reflexão sistemática sobre Ética, como procurar, na medida do possível, incentivar atividades acadêmicas que situem a formação profissional em um horizonte de interesse humanístico.

Para além dos limites dos cursos regulares, a Universidade deve cumprir seu papel de oferecer oportunidades novas permanentemente, valorizando a perspectiva de formação continuada, incentivando, quando for viável, a realização de cursos sequenciais, e implementando trabalhos em educação à distância.

Tanto no sentido geral de um Projeto para a Universidade, como no sentido específico de um Projeto para cada curso, na Universidade Federal de Santa Maria o Projeto Político-Pedagógico é proposto como associação entre uma concepção de ensino, pautada em senso de responsabilidade pública, uma concepção de sujeito humano, contextualizado no processo de transformações histórico-sociais, e uma avaliação das condições necessárias para a formação de egressos capazes de um desempenho satisfatório, aptos a contribuir para a intervenção social, interessados na superação de problemas. A implementação de práticas que considerem essa associação exige coerência institucional entre princípios e práticas, aspecto muitas vezes fácil de proclamar, e que exige trabalho coletivo rigoroso para cumprir.

Resultando de um comprometimento coletivo, em que o Colegiado de Curso tem um papel fundamental, o Projeto Político-Pedagógico de Curso deve supor uma fundamentação teórica geral, que o oriente conceitualmente; apresentar a política de formação do curso; explicitar as relações constituídas entre ensino, pesquisa e extensão; reservar espaço para o estudo de Ética; constantemente firmar valores referentes à dignidade humana; e deve prever, em seu próprio interior, a sistemática e o aproveitamento da avaliação institucional. Como tendência geral, que tem marcado as discussões curriculares recentes, é cada vez mais afirmado o valor da flexibilidade como princípio de organização curricular. O Projeto Político-Pedagógico de Curso deve estipular um grau razoável de flexibilização, capaz de permitir a atualização constante das atividades acadêmicas.

As decisões institucionais importantes deverão ser amparadas no exercício da avaliação institucional continuada. Sem uma avaliação que explicita claramente os problemas e os méritos das ações institucionais, toda decisão é arriscada e vaga. No contexto incerto e complexo em que vivemos, decisões arriscadas e vagas podem ter muitas conseqüências. Com a sistematização da avaliação institucional, cada Curso especificamente, e a Universidade de modo geral, têm mais condições de compreender e planejar seu próprio universo de mudanças.

ESTRATÉGIAS REFERENTES ÀS CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA DE PROPOSTAS

CURSOS, CURRÍCULOS E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

INCENTIVO À PESQUISA E À EXTENSÃO

CONDIÇÕES PARA FORMAÇÃO CONTINUADA

UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E HUMANIZAÇÃO

PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE CURSOS, CURRÍCULOS E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A possibilidade de cada curso da UFSM ter uma identidade clara, determinando suas prioridades e estabelecendo, com coerência, suas estratégias de trabalho, depende de que ele seja capaz de formular um Projeto Político-Pedagógico específico. Esse Projeto deve contemplar elementos como: orientações de composição curricular, política de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e perfil de egresso. Por essa razão, deve ser realizada a formalização dos Projetos Político-Pedagógicos, com consideração rigorosa de critérios legais de avaliação e diretrizes curriculares.

A redação de um projeto político-pedagógico permite apresentar publicamente os princípios norteadores do funcionamento do curso, e contribui para organizar as atividades dentro de orientações coerentes e fundamentadas. Pretende dar coerência às relações entre áreas de atuação do curso, estratégias pedagógicas, estrutura curricular, elenco de disciplinas, qualificação docente e métodos de avaliação.²

A concepção de uma grade curricular deve seguir os seguintes princípios:

- respeitar o projeto político-pedagógico, buscando atingir o perfil esperado de egresso;
 - para cada semestre, formular quais capacidades, quais atributos intelectuais, quais habilidades de solução de problemas devem ser desenvolvidas. Isto é, o curso não deve se restringir a propor vencimento de conteúdos, mas estabelecer uma seqüência de etapas, em termos de desafios e exigências intelectuais e práticas. Ao final de cada semestre, o aluno deve desenvolver um certo conjunto de atributos intelectuais, com os quais poderá ser capaz de lidar com matérias mais complexas posteriormente. Além de adquirir informações, deve adquirir condições para pensá-las. Nessa perspectiva, a sucessão de semestres deve contemplar, em etapas graduais, a constituição do perfil de egresso;
 - disponibilizar parte do currículo do curso na forma de atividades, com relação às quais, existe a possibilidade de escolha por parte do aluno, de acordo com a linha de formação, com a participação e supervisão do colegiado na definição da oferta. Essa disponibilização será formulada como estabelecimento sistemático de propostas de atividades complementares. Entre as modalidades de atividades, podem ser contempladas as seguintes formas: participação em eventos; atuação em núcleos temáticos; atividades de extensão; estágios extracurriculares; atividades de iniciação científica e de pesquisa; publicação de trabalhos; participação em órgãos colegiados; monitoria; outras atividades a critério do Colegiado. Podem ser incentivadas ainda atividades de produção técnico-científica (desenvolvimento de software educativo, e tradução de textos, por exemplo), bem como ações sociais (horas e serviços comunitários em hospitais, asilos, creches, presídios, etc.). A flexibilidade é muito importante para o aluno, que aperfeiçoa sua formação de acordo com suas convicções³, e para o curso, que vence a estagnação e se comunica de maneira mais direta com demandas acadêmicas e sociais do momento presente.
- A grade curricular deve ser organizada em razão de um plano de etapas de formação intelectual. Uma estratégia para isso pode ser a elaboração de projetos de ensino, com o fim de articular disciplinas umas com as outras, em razão de afinidades de conteúdos e pontos de continuidade. A proposição deve ocorrer em dois sentidos:

- horizontal, envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo semestre;
- vertical, envolvendo disciplinas em seqüência.

² Considerar, a este respeito: Projeto Pedagógico de Curso. Subsídios para Elaboração e Avaliação. Fortaleza: UFCE, 1999.

³ A esse respeito, ver Flexibilização Curricular. Pré-Proposta da Câmara de Graduação. Belo Horizonte: UFMG, 1997. p. 3.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si.

É necessária a articulação entre Projetos Político-Pedagógicos e Reformas Curriculares, de modo que as orientações gerais do Curso estejam em coerência com os princípios de implementação do currículo. Essa coerência assegura que a ordenação dos conteúdos corresponda a uma expectativa de formação profissional, em que competências e habilidades sejam claramente desenvolvidas.

Como medida fundamental, à Administração Central cabe estabelecer, nesse sentido, um roteiro mínimo para elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos. Com esse roteiro e considerando as especificidades de sua área, cada Coordenação, com o respectivo Colegiado, estaria amparada na definição de uma pauta de elaboração do texto do seu Projeto.

O incentivo à discussão constante da situação do curso é importante para acentuar o senso de integração e aumentar a condição de entendimento e avaliação dos interesses comuns a docentes e discentes. Um processo de avaliação interna regular, nesse aspecto, oferece subsídio, em termos de dados objetivos e referências de discussão, para o encaminhamento dessa avaliação.

Com relação à avaliação institucional⁴, cabe enfatizar os seguintes tópicos: é imprescindível o incentivo à avaliação interna dos cursos, e sua discussão pública, empreendida pelos Colegiados de Cursos; deve-se condicionar reformas curriculares ou reformas de conteúdos de disciplinas à avaliação institucional; é necessário prever no Projeto Político-Pedagógico o respeito e aperfeiçoamento constante da avaliação institucional.

A concepção de um Projeto Político-Pedagógico específico para cada curso deve ajudar também a formular, em termos bem práticos, com precisão, as contingências de sua rotina de trabalho. Com base nessa descrição, é importante adaptar a organização da documentação administrativa dos cursos (pastas, formulários, arquivos de computador, etc.) de modo que as atividades administrativas sejam agilizadas e, em qualquer situação que exija um levantamento de dados (avaliação externa, ou contingência interna), seja simplificado o acesso a informações.

⁴ Com relação aos objetivos da avaliação institucional, ver: Avaliação das condições de oferta de Cursos de Graduação. Relatório Síntese 1998. Brasília: MEC, 1998. p. 11.

INCENTIVO À PESQUISA E À EXTENSÃO

Com o fim de fomentar a produção científica discente, devem ser incentivadas as seguintes ações:

1 - Aperfeiçoar os programas de iniciação científica adotados na universidade, de modo a absorver um maior número de alunos, e aumentar o reconhecimento interno e externo aos trabalhos realizados. Instituir o estágio não remunerado de pesquisa, com direito a certificado, a que poderá ser atribuída uma carga horária (ou créditos) no histórico escolar para as Atividades Complementares, em quaisquer níveis de formação, quando reconhecidos pelos Colegiados de Curso. Contribuir para eliminar o senso comum de que só se faz pesquisa com bolsas, valorizando os esforços de quem participa espontaneamente. Estimular a formação sistemática de pesquisadores bolsistas e voluntários, com vistas à qualificação profissional e à preparação para pós-graduação. Inserir alunos de graduação em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Aproximar alunos de graduação e pós-graduação em grupos de pesquisa. Aproximar alunos pesquisadores de áreas de formação diferentes em reuniões temáticas de interesse comum.

2 - Vincular preferencialmente projetos de pesquisa e extensão a disciplinas. Quando o registro de um projeto é feito em um Gabinete de Projetos, abrir um campo de formulário para indicar as disciplinas que têm relação direta ou indireta com os objetivos do projeto. Seria conveniente que fosse indicado de maneira clara o benefício trazido pelas ações para a qualidade de ensino, bem como motivada a participação de alunos da disciplina em suas atividades.

3 - Com parcerias entre graduação e pós-graduação, incentivar projetos de aperfeiçoamento do ensino, propondo experiências metodológicas e bibliográficas renovadas. Aperfeiçoar a divulgação dos mecanismos de fomento, para aumentar o nível de participação.

4 - Em razão de prioridades da instituição, desenvolver projetos de pesquisa e extensão sobre temas diretamente ligados às condições de estudo em cursos de nível médio, de graduação e pós-graduação, e às formulações do presente Projeto Político-Pedagógico da UFSM, para produzir reflexões renovadas que contribuam para a gestão universitária. Dentre esses temas estão: políticas curriculares; fontes de informação e ensino; relações entre a Universidade e problemas sociais imediatos em Santa Maria e região; ética; interdisciplinaridade; avaliação institucional; formação continuada; infra-estrutura dos cursos.

5 - Incentivar, nas diferentes áreas, em articulação com as linhas de pesquisa da instituição, atividades sistemáticas de extensão atentas a demandas da comunidade, dedicadas ao benefício coletivo, capazes de "dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento a necessidades sociais emergentes como as relacionadas à área de Educação, Saúde, Habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda"⁵. Considerar, em sua elaboração, a compreensão de necessidades locais, regionais e nacionais. Contemplar, na política institucional de extensão, e em suas articulações com ensino e pesquisa, eixos temáticos que se refiram a problemas sociais, econômicos e culturais, incluindo: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; promoção à saúde e à qualidade de vida; educação básica; desenvolvimento da cultura; transferência de tecnologias apropriadas; atenção integral a criança, adolescente e idoso; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; reforma agrária e trabalho rural⁶.

⁵ Citação do Plano Nacional de Extensão Universitária, transcrito no documento Política de Extensão da UFSM 1998-2001, publicado pela Pró-Reitoria de Extensão em 1998, à p. 50.

⁶ Idem, p. 54.

CONDIÇÕES PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA: ESTÍMULOS À CAPACITAÇÃO DOS ALUNOS PARA O ESTUDO CONTINUADO E À ATUALIZAÇÃO DE EGRESSOS

Para permitir o aumento de condições de acesso dos estudantes a informações, devem ser realizadas as seguintes ações:

1 - Promover DCGs, ACGs e/ou cursos complementares referentes a: Língua Portuguesa; Línguas Estrangeiras; Informática⁷. Intensificar o acompanhamento da pesquisa mais recente na sua área de formação. Inserir em disciplinas já existentes atividades que contemplem esses conteúdos.

2 - Desenvolver uma política de aumento do acervo das bibliotecas, com elaboração de projetos para obtenção de recursos.

3 - Aumentar as condições de acesso à Internet no campus.

4 - Incentivar a participação de docentes, discentes e funcionários em seminários e conferências. Acompanhar trabalhos de pesquisa recentes é importante como atualização e apoio para formulação de projetos novos; apresentar trabalhos é decisivo como forma de trocar idéias, divulgar a produção e permitir que ela seja debatida e avaliada em público.

5 - Ofertar cursos seqüenciais, considerando as vagas disponíveis. Os cursos seqüenciais, distintos dos cursos de graduação e de pós-graduação, contemplam campos de saber específicos, que podem envolver mais de uma área de conhecimento. Esses cursos representam oportunidades de formação complementar⁸, e sua proposição deve considerar princípios como flexibilidade e interdisciplinaridade.

6 - Desenvolver atividades em educação à distância. Para além das delimitações de espaço físico da Universidade, a oferta de ensino à distância contempla um aumento no horizonte de atendimento de demandas sociais, bem como uma renovação das condições de ensino, pesquisa e extensão.

7 - Promover um maior aproveitamento de TV Campus e Rádio UFSM para apresentação de atividades de atualização (conferências e debates).

8 - Criar uma sala de teleconferência.

9- Incentivar ações interdisciplinares, e outras atividades de caráter complementar, eventuais ou permanentes de conexão entre disciplinas regulares⁹. Promover eventos reunindo pesquisadores de várias áreas. Contar créditos em disciplinas de outros cursos, conforme orientação de Colegiado

⁷ A instituição mantém a política de dispor de computadores especificamente para atendimento dos estudantes de graduação. Dados numéricos em Ufsm – Catálogo 1999. Santa Maria: UFSM, 1999. p. 129.

⁸ Conforme Parecer n. CES 672/98 do Conselho Nacional de Educação.

⁹ Considerar a respeito KRASILCHIK. Interdisciplinaridade: problemas e perspectivas. Revista USP. n. 39. São Paulo: USP, 1998.

UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E HUMANIZAÇÃO

Para que a Universidade de fato desempenhe sua função social de maneira abrangente e sistemática, consciente de seu papel e empenhada na integração com a comunidade¹⁰ é necessário racionalizar seus esforços de modo a atender da melhor maneira possível as demandas externas¹¹. Para aperfeiçoar a colaboração entre Universidade e sociedade, é imprescindível:

- 1 - Incentivar projetos de investigação local e regional, em diversas áreas.
- 2- Incentivar articulações com secretarias municipais, estaduais, prefeituras, órgãos públicos, para atendimento de demandas.
- 3- Incentivar projetos de ensino, pesquisa e extensão referentes aos dilemas sociais mais imediatos¹² Incentivo à promoção de eventos voltados também para os dilemas sociais. Criação de novas formas de estágio, referentes às renovações do mercado, que contem carga horária (ou créditos), de acordo com especificidades da área, reconhecida pelo Colegiado de Curso.
- 4- Desenvolver na Universidade um programa de atividades envolvendo direitos humanos e cidadania. Dentro desse programa, propiciar: (1) o conhecimento e a reflexão a respeito da fome, miséria, desemprego, violência, exclusão, relações entre o mundo do trabalho e os problemas sociais; (2) a compreensão da situação específica de Santa Maria e região, no contexto nacional, no que se refere a esses problemas; (3) reflexões sobre as relações entre o mundo do trabalho e os problemas sociais; (4) a formulação de estratégias de ação social para intervir nesse processo.
- 5- Prever nos cursos pontos de reflexão sobre a realidade imediata. Propor disciplinas ou atividades dedicadas à observação direta, na forma de pesquisa de campo ou levantamento de dados, para compreender o contexto social.
- 6- Promover a humanização no Campus da UFSM, através de atividades culturais e seminários voltados para a integração social e o lazer.
- 7- Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação, incluindo estratégias de divulgação das atividades desenvolvidas, dos serviços prestados à comunidade e das ligações estabelecidas com diversos segmentos da sociedade.
- 8- Propor o estudo curricular da ética em pelo menos uma das formas abaixo: oferta de disciplina ÉTICA; oferta de disciplina ÉTICA PROFISSIONAL, ministrada por docentes da área específica; ou absorção de reflexão sobre ética no interior das disciplinas.
- 9- Promover conferências e atividades complementares sobre ética.
- 10- Incentivar no ambiente acadêmico a intensificação da ética nas relações profissionais.

¹⁰ A esse respeito, conforme os objetivos apresentados à p. 16 do documento Política de Extensão da UFSM 1998-2001, publicado pela Pró-Reitoria de Extensão em 1998.

¹¹ A respeito desse assunto, é fundamental a argumentação do documento O ensino superior e a pesquisa, preparado por Daniel Akyeampong para os Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior de 1998.

¹² Ver a este respeito: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: _____. (Org.) Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE CURSOS

PRINCÍPIOS NORTEADORES

PONTOS A TRABALHAR

ESTRUTURA

PRINCÍPIOS NORTEADORES

O Projeto Político-Pedagógico, como instrumento político, cultural e científico, decorrente de construção coletiva, deverá englobar o conjunto de atividades vivenciadas pelo aluno, durante o período de sua formação, e pressupõe a adoção dos seguintes princípios:

- I - Concepção programática de formação e desenvolvimento da pessoa humana, tendo em vista:
 - os pressupostos axiológico-éticos que deverão perpassar todos os níveis da relação educacional, através da prática dos princípios éticos e do respeito à dignidade humana, objetivados em posturas pedagógicas que articulem os conhecimentos e a adesão dos valores morais à conduta social;
 - a dimensão sócio-política, através da abordagem crítico-reflexiva da realidade e do conhecimento, refletindo-se nas situações de ensino-aprendizagem direcionadas ao desenvolvimento de capacidades e habilidades capazes de instrumentalizar a participação solidária e co-responsável no contexto social;
 - a dimensão sociocultural, otimizada em situações de ensino-aprendizagem apropriadas ao diálogo através das várias estruturas simbólicas que permitem aos indivíduos e grupos sociais compreender e expressar o real;
 - a dimensão técnico-científica, evidenciada pelo domínio dos fundamentos científicos vinculados ao conteúdo de cada Curso, de modo a desenvolver a capacidade criativa de aperfeiçoar os processos tecnológicos que sustentam o desenvolvimento econômico e social;
 - a dimensão técnico-profissional, envolvendo conhecimentos técnicos e práticas específicas da profissão, articulados com os recursos e métodos de ensino-aprendizagem, com vistas ao aperfeiçoamento de habilidades, capacidades e competências necessárias ao exercício profissional.

II - Articulação de estrutura, disciplinas e atividades curriculares, voltadas à dinâmica da realidade, ao trabalho e à função social da Universidade pública, objetivando:

- atender as necessidades de transformação social, intervenção responsável e participação solidária;
- assegurar contínua atualização quanto às exigências de desenvolvimento cultural, científico e tecnológico;
- atender ao disposto na legislação educacional e profissional;
- manter coerência em relação ao mercado e ao mundo do trabalho.

III - Tratamento das disciplinas e atividades, bem como sua estrutura e operacionalização, com flexibilidade, de modo que:

- as práticas e experiências pedagógicas, sociais e profissionais assistidas e/ou supervisionadas, tenham espaços efetivos reservados;
- o intercâmbio discente com outras instituições de ensino, nacionais e internacionais, seja oportunizado;
- as necessidades e interesses dos alunos sejam contemplados e valorizados;
- os alunos participem do seu processo de desenvolvimento humano e profissional, como sujeitos co-responsáveis.

IV - Preservação da harmonia e do equilíbrio das diferentes disciplinas e atividades que compõem o currículo, no que respeita a encadeamento, distribuição, seqüência, carga horária e regime de funcionamento;

V - Ação articulada e cooperativa dos professores, enquanto principais agentes responsáveis pela efetivação do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos e participação conjunta dos alunos e egressos, no seu processo de desenvolvimento humano e profissional de forma contínua e autônoma.

PONTOS A TRABALHAR

1 - Política de formação: de acordo com os termos do Projeto Político-Pedagógico da UFSM, e da legislação educacional pertinente. Definição, por parte da instituição, de critérios de qualidade de formação de profissionais.

2 - Expectativa de formando: definição dos atributos que deve ter o profissional hoje no mercado de trabalho.

3 - Lógica que preside o currículo: definição de expectativas quanto ao aluno ingressante (carências e potenciais), princípios de ordenação das disciplinas, diferencial esperado entre o ingressante e o formando.

4 - Atribuições administrativas: papel do Coordenador, do Coordenador Substituto, do Colegiado; Comissões regulares (tendo como referência o regimento da UFSM, e especificando prioridades do curso específico).

5 - Fundamentação teórica geral: concepções de ensino, de relação professor/aluno, de integração entre as várias disciplinas, expostas com fundamentação bibliográfica e precisão conceitual.

6 - Política de articulação pesquisa/ensino/extensão: relações previstas na instituição entre as atividades de pesquisa desenvolvidas na instituição e a formação nas disciplinas regulares, e destas em relação às atividades de extensão voltadas para a comunidade.

7 - Expectativa de produtividade: nível de rendimento médio esperado dos alunos, atividades extracurriculares, produção discente, produção docente, estratégias para superar problemas de evasão e de matrículas fora da sequência curricular aconselhada, situação dos egressos.

8 - Articulações: relações do curso com outros cursos da Universidade, outros cursos similares do estado, integrando graduação e pós-graduação.

ESTRUTURA

1 - Apresentação: é o item que contém uma síntese das finalidades, estrutura e dinâmica operacional do Projeto Político-Pedagógico do Curso.

2 - Justificativa: constitui-se na explicitação sintética das condições do Curso, justificando o projeto e suas dimensões técnicas e políticas.

3 - Objetivos: explicitar as realizações do Curso que consubstanciam os princípios e diretrizes estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico Institucional, na legislação educacional e profissional, referente à área de conhecimento do Curso.

4 - Perfil Desejado do Formando: definição dos diferentes perfis profissionais, contemplando as competências e habilidades, considerando a formação científica e humanística, enfatizada pelos aspectos éticos, sócioambientais e de cidadania, a serem desenvolvidos pelos alunos, em cada área de conhecimento, refletindo a heterogeneidade das demandas sociais.

5 - Áreas de Atuação: descrição dos campos de atuação do profissional.

6 - Papel dos Docentes: comportamento e atitudes que o docente deve assumir, no desempenho de suas funções no âmbito de cada Curso, com vistas à efetivação do Projeto Político-Pedagógico do Curso.

7 - Estratégias Pedagógicas: planejamento de atividades que envolvam docentes, discentes, corpo técnico e administrativo, na perspectiva da efetivação dos objetivos do curso.

8 - Currículo: a construção curricular deve ter por base as áreas do conhecimento, contempladas nas diretrizes curriculares e legislação educacional e profissional pertinentes, tendo em vista a formação científica e considerando, ainda, o desenvolvimento de habilidades e atividades formativas. A organização de um currículo, além de relacionar disciplinas acadêmicas, deve articular temas decisivos para a formação. É fundamental que a construção curricular seja compatível com os princípios de flexibilidade (abertura para a atualização de paradigmas científicos, diversificação de formas de produção de conhecimento, e desenvolvimento da autonomia do aluno) e interdisciplinaridade (estabelecimento de conexões entre diferentes disciplinas e diferentes áreas de conhecimento). Na composição do currículo, os seguintes aspectos devem ser considerados.

8.1 - Objetivos do Currículo: devem partir do perfil profissional estabelecido, envolvendo as dimensões cognitiva, afetiva, psicomotora, ética e cidadã.

8.2 - Estrutura Curricular: desdobramento dos conteúdos das diretrizes curriculares em tópicos temáticos e/ou em disciplinas, atividades complementares de Extensão, Pesquisa, Núcleos de Estudos e outros; estabelecimento de carga horária, sequência recomendada e pré-requisitos, quando for o caso, para as atividades curriculares previstas.

8.3 - Elenco de Disciplinas: relação de disciplinas contendo:

- identificação da disciplina;
- objetivos;
- conteúdo programático, dividido em unidades e subunidades;
- bibliografia básica e complementar.

9 - Recursos Humanos e Materiais: descrição dos recursos necessários ao pleno funcionamento do Curso, relacionados a: coordenação, serviços administrativos, serviços de laboratórios, docentes e infraestrutura.

RESOLUÇÃO N. 017/2000
Dispõe sobre o Projeto Político-
-Pedagógico e dá outras providências.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando a aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão na reunião n. 581ª, de 19.12.2000.

RESOLVE:

Art. 1º O Projeto Político-Pedagógico Institucional, instrumento político, cultural e científico de construção coletiva, é o documento que orienta as ações institucionais.

Art. 2º As ações de reformas curriculares de cursos da Instituição e a criação de cursos novos terão como pressupostos os princípios orientadores do Projeto Político-Pedagógico Institucional, consubstanciados no Projeto Político-Pedagógico do Curso, aprovado pelo respectivo Colegiado, bem como a legislação educacional e profissional vigentes, atendendo às peculiaridades do curso.

Art. 3º O Colegiado é o órgão deliberativo para decidir sobre as questões didático-pedagógicas, no âmbito dos Cursos, com competência regimental para conduzir a elaboração e deliberação sobre o respectivo Projeto Político-Pedagógico.

§ 1º O Colegiado poderá delegar atribuições a uma Comissão formalmente designada, composta ou não por seus próprios membros, para coordenar e sistematizar as discussões com os segmentos do Curso e redigir o Projeto Político-Pedagógico.

§ 2º Elaborado pelo Colegiado ou por Comissão designada, o texto final do Projeto Político-Pedagógico, deverá ser submetido à deliberação formal do Colegiado e posterior encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 4º O Projeto Político Pedagógico do Curso deverá observar a seguinte estrutura:

I - Apresentação, contendo síntese das finalidades, estrutura e dinâmica operacional do Projeto Político-Pedagógico;

II - Justificativa, que se constitui na explicitação sintética das condições de oferta do Curso, justificando o Projeto e suas dimensões técnicas e políticas;

III - Objetivos, em que serão explicitadas as ações do Curso que consubstanciam os princípios e diretrizes estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico Institucional, e na legislação educacional e profissional, referentes à área de conhecimento do Curso;

IV - Perfil desejado do Formando, definindo os diferentes perfis profissionais, contemplando as competências e habilidades, consideradas para a formação científica, humanística e social;

V - Áreas de Atuação, onde serão descritos os campos de atuação profissional;

VI - Estratégias Pedagógicas, contendo o planejamento de atividades que envolvam docentes, corpo técnico e administrativo, na perspectiva da efetivação dos objetivos do Curso;

VII - Currículo, item que detalha a construção curricular, tendo por base as áreas de conhecimento contempladas nas diretrizes e na legislação educacional e profissional pertinentes, devendo incluir:

a) a articulação das disciplinas com os temas concernentes à construção do perfil desejado para o formando;

b) o estabelecimento de conexões entre diferentes disciplinas e diferentes áreas de conhecimento;

c) o princípio da flexibilidade, propiciando abertura para a atualização de paradigmas científicos, diversificação de formas de produção de conhecimento e desenvolvimento da autonomia do aluno;

d) os objetivos do currículo, elaborados a partir do perfil desejado para o formando;

e) a matriz curricular, organizada na forma dos Parágrafos Primeiro e Segundo;

f) o elenco de disciplinas, contendo a identificação, objetivos e conteúdo programático, dividido em unidades e subunidades;

g) a indicação bibliográfica básica e complementar.

VIII - Recursos humanos e materiais, item descritivo dos recursos necessários ao pleno funcionamento do Curso, relacionados à Coordenação, serviços administrativos, serviços de laboratório, docentes e infra-estrutura.

§ 1º A estrutura curricular deverá explicitar:

- a) o desdobramento dos conteúdos das diretrizes curriculares em tópicos temáticos e disciplinas, referentes à base nacional;
- b) as atividades complementares e de extensão e pesquisa e núcleos de estudos;
- c) outras atividades pertinentes, formuladas pelos Cursos para a composição da parte flexível do currículo;
- d) a fixação de carga horária, seqüência aconselhada e pré-requisitos.

§ 2º Os percentuais de carga horária destinada à base nacional e à parte flexível, deverão obedecer os limites mínimo e máximo previstos nas diretrizes curriculares para cada Curso.

Art. 5º O processo de avaliação institucional deverá ser concebido como instrumento indispensável para a análise da estrutura e das relações internas e externas da Instituição, na busca de uma visão clara e crítica sobre a totalidade dos fatores que envolvem o ensino.

§ 1º Os resultados do processo avaliativo contínuo serão os referenciais para a tomada de decisões institucionais, que venham ao encontro da melhoria da qualidade do ensino.

§ 2º O Projeto Político-Pedagógico do Curso deverá prever uma sistemática de trabalho, com vistas à realização da avaliação interna do Curso de forma continuada, sendo que seus resultados deverão subsidiar e justificar as reformas curriculares.

Art. 6º Os casos omissos serão dirimidos pelos Colegiados de Cursos e em grau de recurso, pelos Conselhos Superiores da Instituição.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil.

Paulo Jorge Sarkis,
Reitor.

**COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UFSM**

PORTARIA 41.928

PORTARIA 44.957



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

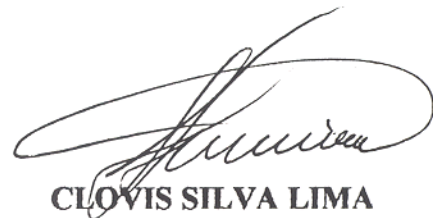
P O R T A R I A N. 41.928, de 15.03.2001.

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no exercício da Reitoria, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do Ofício n. 022/2001-PROGRAD,

R E S O L V E:

DESIGNAR os servidores, abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Implantação e Acompanhamento do “Projeto Político Pedagógico da UFSM”, com carga horária de 12 horas semanais:

- **Prof. Tit. BALTAZAR SCHIRMER, SIAPE 379731, Presidente;**
- **Profª Aux. CORDÉLIA FREITAS DIAS, SIAPE 382162;**
- **Prof. Adj. JAIME GINZBURG, SIAPE 2046702;**
- **Prof. Adj. JOEL ABÍLIO PINTO DOS SANTOS, SIAPE 381306;**
- **Profª Ass. MARLENE GOMES TERRA, SIAPE 1278314;**
- **Profª Adj. NILVIA GLADIS OLIVEIRA PORTO, SIAPE 380541;**
- **Aux. Adm. RITA DO CARMO FOGAÇA, SIAPE 378661.**


CLOVIS SILVA LIMA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

PORTARIA N. 44.957, DE 23 DE JUNHO DE 2003.

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e de acordo com a Delegação de Competência concedida mediante a Portaria n. 43.968, de 17.09.02, e tendo em vista o que consta do Ofício n. 54/2003 – PROGRAD, protocolado sob o n. 1600/03, resolve:

DESIGNAR a Prof^a Adjunto **Maria Medianeira Padoin**, Matrícula SIAPE 1314179, lotada no Departamento de História/CCSH, para integrar a Comissão de Implantação e Acompanhamento do Projeto Político Pedagógico da UFSM, em substituição do Professor Adjunto JAIME GINZBURG, Matrícula SIAPE 2046702.

Assinatura manuscrita de Clovis Silva Lima.

CLOVIS SILVA LIMA

CRÉDITOS

AUDITORES/FUNDAMENTAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL DE SISTEMATIZAÇÃO E REDAÇÃO

CRÉDITOS AUDITORES

Prof. Aguinaldo Medici Severino
Prof. Amarildo Luiz Trevisan
Prof. Doádi Antonio Brena
Acad. Evans Biscaino Melo
Profa. Graziela Lucci Angelo
Prof. Jesus Renato G. Brunet
Adm. João Isaia Filho
Prof. Joél Abilio Pinto dos Santos
Profa. Maria Isabel Pimenta Lopes
Rel. Pub. Maria de Lourdes Pereira Alexis Andrade
Arq. Nériton Clay Oliveira Porto
Acad. Rodrigo Leal Rospa
Prof. Sérgio Renato de Medeiros
Prof. Solon Jonas Longhi
Profa. Zuleica Tabarelli

Fundamentação

Profa. Maria Arleth Pereira

CRÉDITOS COORDENAÇÃO GERAL DE SISTEMATIZAÇÃO E REDAÇÃO

Prof. Baltazar Schirmer
Profa. Cordélia Freitas Dias
Prof. Jaime Ginzburg



UFSM

Universidade Federal de Santa Maria



Visita Virtual

Nesta seção você pode conhecer a universidade através de uma visita fotográfica. Existem diversas imagens selecionadas por assunto que mostram a maioria dos prédios e centros da UFSM. Na seção de fotos panorâmicas, você vai encontrar imagens com vista aérea. Escolha o assunto na lista e "*bom passeio*"!

Fotos Panorâmicas



[Iniciar a visita](#)

Unidades Universitárias



[Iniciar a visita](#)

Fotos Diversas



[Iniciar a visita](#)

Fotos Históricas



[Iniciar a visita](#)

Fotos dos demais prédios



[Iniciar a visita](#)

[Retonar à Página Inicial](#)



Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Processamento de Dados

Página desenvolvida pela Equipe Design/WWW - 2001

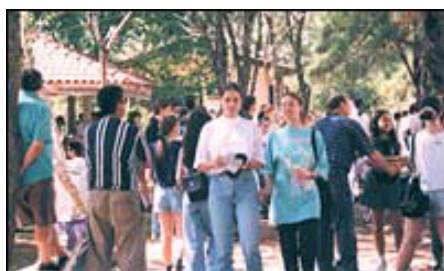


UFSM

Universidade Federal de Santa Maria

[Fotos Panorâmicas](#) | [Fotos Históricas](#) | [Fotos dos Centros de Ensino](#) | [Fotos dos demais prédios](#)
[Retornar à Página Inicial](#)

Fotos diversas



Período de vestibular



Rádio Universidade



Estúdio da Rádio Universidade



Rede de TV



Pista de condicionamento físico



Piscina semi-olímpica do CEFD



Tratamento Odontológico



Usina de Laticínios



Creche Ipê Amarelo



Coral da UFSM



Excursões na Feira das Profissões



Avenida Central



Incubadora Tecnológica



Container para coleta seletiva de lixo



Aviário



Laboratório de Paleontologia



Restaurante Universitário



Cozinha do Restaurante Universitário

[Fotos Panorâmicas](#) | [Fotos Históricas](#) | [Fotos dos Centros de Ensino](#) | [Fotos dos demais prédios](#)
[Retornar à Página Inicial](#)



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Processamento de Dados
Página desenvolvida pela Equipe Design/WWW - 2001



UFSM

Universidade Federal de Santa Maria



[Fotos Históricas](#) | [Fotos dos Centros de Ensino](#) | [Fotos dos demais prédios](#) | [Fotos Diversas](#)
[Retornar à Página Inicial](#)

Fotos Panorâmicas



Vista aérea com Reitoria ao fundo



Vista aérea - Avenida Central e Reitoria ao fundo



Vista aérea do novo Centro de Educação e Centro de Ciências Naturais e Exatas ao fundo



Vista aérea com Reitoria e bosque de pinus - Camobi ao fundo



Vista aérea, em destaque Planetário e Reitoria



Novo centro de Educação e Reitoria ao fundo

[Fotos Históricas](#) | [Fotos dos Centros de Ensino](#) | [Fotos dos demais prédios](#) | [Fotos Diversas](#)
[Retornar à Página Inicial](#)



Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Processamento de Dados

Página desenvolvida pela Equipe Design/WWW - 2001



UFSM

Universidade Federal de Santa Maria



[Fotos Panorâmicas](#) | [Fotos dos Centros de Ensino](#) | [Fotos dos demais prédios](#) | [Fotos Diversas](#)
[Retornar à Página Inicial](#)

Fotos Históricas



Vista aérea, em destaque os prédios básicos, Centro de Ciências Rurais e antigo Centro de Educação ao fundo



Reitoria em destaque



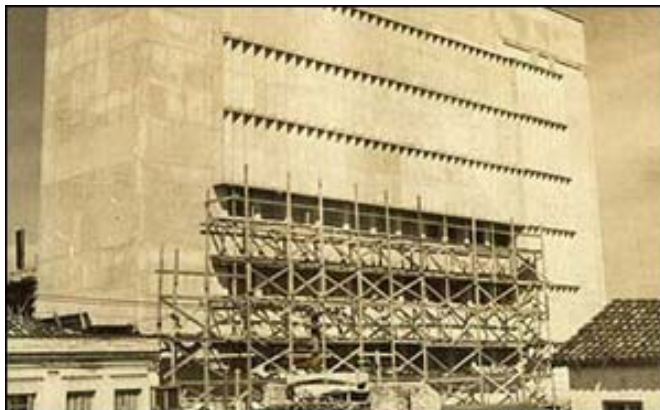
Prédios básicos em construção com Centro de Ciências Rurais ao fundo



Centro de Tecnologia



Um dos primeiros prédios administrativos



Antiga Reitoria, centro de Santa Maria



Antigo Centro de Educação



Prédio básico em construção

[Fotos Panorâmicas](#) | [Fotos dos Centros de Ensino](#) | [Fotos dos demais prédios](#) | [Fotos Diversas](#)
[Retornar à Página Inicial](#)



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Processamento de Dados
Página desenvolvida pela Equipe Design/WWW - 2001



UFSM

Universidade Federal de Santa Maria



[Fotos Panorâmicas](#) | [Fotos dos demais prédios](#) | [Fotos Históricas](#) | [Fotos Diversas](#)
[Retornar à Página Inicial](#)

Fotos dos Centros de Ensino



Centro de Artes e Letras



Centro de Educação Física e Desporto



Novo Centro de Educação



Novo Centro de Educação



Centro de Ciências da Saúde



Centro de Tecnologia

[Fotos Panorâmicas](#) | [Fotos dos demais prédios](#) | [Fotos Históricas](#) | [Fotos Diversas](#)
[Retornar à Página Inicial](#)



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Processamento de Dados
Página desenvolvida pela Equipe Design/WWW - 2001



UFSM

Universidade Federal de Santa Maria



[Fotos Panorâmicas](#) | [Fotos dos Centros de Ensino](#) | [Fotos Históricas](#) | [Fotos Diversas](#)
[Retornar à Página Inicial](#)

Fotos dos demais prédios



Hospital Universitário



Reitoria



Colégio Agrícola de Santa Maria



Colégio Técnico Industrial



Centro de Processamento de Dados



Centro de Processamento de Dados (CPD) e Comissão

Permanente de Vestibular (COPERVES)



Planetário



Prédios Básicos



Restaurante Universitário e União Universitária



Antiga Reitoria

[Fotos Panorâmicas](#) | [Fotos dos Centros de Ensino](#) | [Fotos Históricas](#) | [Fotos Diversas](#)
[Retornar à Página Inicial](#)



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Processamento de Dados
Página desenvolvida pela Equipe Design/WWW - 2001